

## **REGIÃO E PODER: A FORMAÇÃO DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (1880 – 1930)<sup>i</sup>**

**DORVAL DO NASCIMENTO**  
Universidade do Extremo Sul Catarinense

A região carbonífera de Santa Catarina está normalmente vinculada à Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, região administrativa instituída pelo Governo Estadual e que abrange cerca de quatorze municípios, entre eles Criciúma, Içara, Siderópolis, Urussanga, Nova Veneza e Lauro Muller. Entretanto, um olhar um pouco mais acurado vai perceber a presença do carvão mineral, de suas atividades ou influências, em outros municípios do sul do Estado, como Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba, onde jamais se extraiu uma única pedra de carvão, mas que, em vista de suas ligações com a indústria carbonífera, fazem esses municípios parte de uma outra região, não administrativa, mas histórica, cultural e econômica, que também seria chamada de região carbonífera. O critério para o estabelecimento desta noção mais alargada de região carbonífera não é o administrativo, mas a presença do carvão e de suas atividades na paisagem dessas localidades e nas culturas presentes nesses lugares.

É interessante como nos acostumamos a pensar a idéia de região como uma realidade óbvia, seja àquela formada pelos elementos chamados naturais (a região da caatinga, pôr exemplo) ou por elementos históricos – econômicos – culturais (a região sul ou a região carbonífera). No segundo caso, que é o que nos interessa aqui, temos a tendência de considerar a formação de uma região como se ela acontecesse de forma aleatória, em vista dos fatores econômicos e sociais que cegamente vão sendo articulados e jogados em um único processo, ao final do qual resulta aquela região considerada. Mesmo no caso das regiões chamadas “naturais”, que utiliza critérios de vegetação, clima ou fauna, a própria definição de alguns critérios e não de outros para delimitar a região é uma imposição de uma definição que se legitima no mundo social, sendo portanto humana e assim cultural, estando perpassada pelos interesses e visão de mundo de quem divide. Pierre Bordieu, ao refletir sobre este tema, afirma que “as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”<sup>ii</sup>. Desnaturalizar a idéia de região é, portanto, uma necessidade para que possamos observar de forma mais clara qual o seu processo real de formação, isto é, a noção de que não há critérios “naturais” na delimitação da região, mas esta é criada a partir de relações de poder.

### **O Saber Produzindo a Região**

A primeira iniciativa para a exploração do carvão no sul de Santa Catarina partiu de um político importante do Segundo Reinado, Felisberto Caldeira Brant Pontes, o Visconde de Barbacena, ainda no século XIX, que, em vista da possibilidade de se explorar o carvão nas cabeceiras do Rio Tubarão, requisitou junto ao Governo Imperial, em 1860, duas léguas quadradas de terras devolutas, nas quais pretendia explorar o minério<sup>iii</sup>. Com a concessão em mãos, prorrogada por diversas vezes, o Visconde buscou o capital inglês para realizarem a exploração mineral, formando-se assim, em Londres, uma companhia de mineração chamada de *The Tubarão (Brazilian) Coal Mining Company Limited* e uma empresa ferroviária, necessária para construir uma estrada de ferro até os portos de Imbituba e Laguna, intitulada *Donna Thereza Christina Railway Company Limited*, em fins da década de 70 do século XIX. Entretanto, até o estabelecimento do negócio de exploração do carvão no sul do Estado, abandonado em 1887 em vista principalmente da concorrência do carvão inglês, foram necessários uma série de estudos técnicos que determinassem a qualidade do carvão, a viabilidade de sua exploração e o espaço de sua ocorrência, para que a exploração do recurso se concretizasse. Ondina Pereira Bossle informa que os primeiros relatórios técnicos sobre o carvão foram produzidos por Selow em

1827/1832, Alexandre Davidson em 1833, Augusto Kesting em 1837, Guilherme Baulierch em 1838 e Júlio Parigot em 1839.

Esses relatórios técnicos e outros que vieram depois, produzidos todos por cientistas renomados, muitas vezes estrangeiros, foram um instrumento importante para o processo de definição da região carbonífera. Ora, o território nacional e as regiões são criadas pelo poder e o conhecimento que se produz sobre o espaço é uma forma importante de se estabelecer um domínio sobre ele. Neste caso concreto, saber – ou seja, conhecer o lugar – é poder, isto é, é ter domínio ou possibilidade de gestão sobre ele. Jacques Revel mostrou, em sua análise sobre a formação territorial francesa, que há uma política do espaço, de delimitação e ocupação do território, posta em prática pelo poder central, sendo esta fundamental para a constituição de uma soberania política. O poder público é que forma o território e, nesse sentido, o conhecimento deste território é fundamental. Através das viagens do soberano, mapas e inquéritos, o Estado francês foi constituindo um território nacional. Nesse sentido, que é também o que estamos tratando aqui, o processo de conhecimento do território é, ao mesmo tempo, o de sua produção<sup>iv</sup>.

Nos relatórios técnicos sobre o carvão no período em que estamos tratando neste texto, de 1880 a 1930, é possível perceber essa ligação entre conhecimento e poder territorial. Conhecemos três documentos importantes deste período, produzidos por técnicos do governo federal. O primeiro, apresentado pelos Engenheiros Fábio Hostilio de Moraes Rego, Luiz Felipe Gonzaga de Campos e João Caldeira de Alvarenga Messeder, mas provavelmente escrito pelo último, ao General Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do então recente governo republicano, editado em 1890; o segundo, um breve relato constante do Boletim n. 21 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, órgão dos mesmo Ministério anterior, editado em 1926; e o terceiro, mais extenso, Boletim n. 35 do mesmo Serviço, elaborado pelo Geólogo José Fiuza da Rocha, intitulado *Carvão de Pedra no Sul do Estado de Santa Catarina*, e editado em 1928<sup>v</sup>. Estes três relatórios técnicos vão nos servir de fonte para explorar alguns aspectos importantes na formação da região carbonífera de Santa Catarina.

No Relatório de 1890, por exemplo, o Engenheiro Messeder expressa claramente a necessidade do conhecimento científico contribuir na determinação das condições concretas de exploração do carvão mineral na região. Ao avaliar as causas do fracasso da empreendimento inglês na região de Minas, mais tarde conhecida como Lauro Muller, Messeder afirma que:

“Não apontaremos sequer a mal fundada hypothese de que voluntaria e systematicamente foram levados a maõ fim os trabalhos, no intuito de, mostrando imprestavel combustivel e jazidas, pôr de parte um concorrente em mercados bons consumidores (sic). O que houve alli de notavel, mas sempre de boa lição, foi uma evidencia do facto – que nem por mais praticos e exercitados naquella arte industrial que caracteriza (sic) e põe acima de todo o mundo a Inglaterra, podem os seus bons conductores de serviço, prescindir das luzes dos que julgam pelos dados scientificos”<sup>vi</sup>.

Ao afirmar que não consideraria a hipótese de que os ingleses levariam seu negócio a falência apenas para afastar um possível país competidor, já que então eram eles os maiores produtores mundiais de carvão mineral, Messeder estabelece a sua fé no conhecimento científico como condição sem a qual a atividade econômica rentável seria impossível. Por isso, a recomendação presente nos relatórios de que fossem realizados sempre maiores estudos da realidade local para que a atividade industrial melhor se estabelecesse<sup>vii</sup>.

O espaço, desconhecido para o poder foi, desta forma, sendo descrito, nomeado e mapeado, utilizando-se muitas vezes o próprio conhecimento da população local, como em uma passagem presente no documento de 1926, em que

Eugênio Bourdot Dutra afirma que “depois de uma longa caminhada, em que gastamos a mór parte do dia, conseguimos chegar ao ponto desejado, servindo-nos do auxílio de um caçador apelidado ‘Tigre’, que se prestou obsequiosamente a nos guiar pelo interior da floresta”<sup>viii</sup>

Desta forma, os técnicos dos ministérios do governo federal foram estudando o território de forma exaustiva e detalhada por um longo período, escrutinando-o e descortinando ao poder, produzindo um conhecimento privilegiado para o estabelecimento de determinadas relações de poder neste espaço.

### **O Lugar Que o Progresso Chegou**

O segundo impulso no desenvolvimento da exploração carbonífera no sul do Estado aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), quando, em vista dos problemas da guerra, a importação do carvão inglês esteve dificultada. O raio de ação da atividade carbonífera foi, desta vez, mais ampliada, pois além do estabelecimento de minas na localidade de Lauro Muller, então pertencente ao município de Orleans, também começou a exploração de carvão bem mais ao sul, em Urussanga e Criciúma, distrito do município de Araranguá. A atividade carbonífera, neste período, atraiu a atenção de grandes grupos econômicos nacionais, principalmente ligados à importação do carvão estrangeiro, e que estabeleceram as maiores empresas mineradoras na região. O Grupo Lage e Irmãos fundou a Companhia Nacional Mineração de Carvão Barro Branco em 1922, mas já explorava o carvão em Lauro Muller desde março de 1917. Do mesmo grupo era também a principal empresa que passou a minerar em Criciúma, a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA, fundada em 1917. Para minerar o carvão em Urussanga foi criada uma companhia de outro grupo econômico, a Companhia Carbonífera de Urussanga – CCU, em 1918. Junto com essas três maiores companhias mineradoras, foram fundadas algumas firmas locais, de menor envergadura, principalmente na década de 20, como a Carbonífera Próspera, Companhia Carbonífera União, Mina Rovaris e Minatto, dentre outras<sup>ix</sup>.

Como se pode perceber, a quantidade de recursos financeiros, a área de atuação, a atração e deslocamento de pessoas e o montante de produção do carvão eram, desta vez, muito maiores que o primeiro empreendimento liderado pelos ingleses no século XIX. Isto colocou, em relação ao sul do Estado, um tema que aquela primeira experiência carbonífera havia também colocado, porém de forma mais tímida, o da relação entre o carvão mineral e o progresso que a sua exploração poderia trazer às localidades do sul de Santa Catarina. De fato, neste período estabelece-se toda uma avaliação do sul do Estado que valorizava a atividade carbonífera como àquela que estaria trazendo, e poderia trazer ainda mais, o progresso para a região. Isto era reforçado pela vinculação que se fazia entre o progresso e a indústria, sendo a atividade de mineração classificada como uma indústria extrativa, , portadora, assim, do progresso.

Para se entender a importância deste citado vínculo na formação histórica da região carbonífera, é necessário compreender também que o progresso foi uma das principais idéias – força do ocidente no século XIX. Jacques Le Goff mostrou como a maioria das sociedades, nas diversas temporalidades, não estiveram dirigidas pela idéia de progresso<sup>x</sup>. Na verdade, essa idéia é eminentemente ocidental, típica do século XIX e das primeiras décadas do século XX, ligada às noções de crescimento material e técnico – científico. Isso representou, para as localidades da região, uma visão marcada, por um lado, pela afirmação de que o futuro estava na atividade carbonífera e, de outro lado, pela prática de desvalorizar outras atividades econômicas que não estivesse vinculadas ao carvão, principalmente as atividades agrícolas. Neste processo todas as atividades foram sendo alijadas a um segundo plano em vista da atividade carbonífera, considerada como sendo aquela indústria que propiciava o progresso da região, donde, portanto, a região carbonífera.

Com o crescimento da atividade carbonífera foi se estabelecendo uma radical transformação na paisagem regional, que foi cada vez mais tendo as marcas da extração do carvão. Em primeiro lugar, essa mudança atingia as localidades

que possuíam minas de carvão, já que as empresas carboníferas, especialmente as maiores, implantavam todo um complexo industrial que funcionava em função do carvão.

Em segundo lugar, as cidades que tivessem minas nas suas proximidades ou estruturas que funcionassem em razão da produção do carvão, como é o caso de Laguna e Imbituba, que possuíam seus portos utilizados para o embarque do carvão, tinham também as marcas do mineral em sua paisagem, como fica claro na passagem abaixo:

“Embora a Companhia tenha em Laguna um depósito de 1.000 toneladas de carvão lavado, o porto de embarque do carvão que ella tem preferido é o de Imbituba (...). A Companhia requereu há tempos uma concessão de terrenos de marinha nos arrabaldes de Laguna (Magalhães), para alli fazer o seu embarcadouro de carvão (...)”<sup>xi</sup>.

As minas e os lavadores; os depósitos de carvão, as caixas de embarque, o escritório da Companhia, as oficinas; a estrada de ferro que neste período cobria boa parte do sul do Estado, de Imbituba – Laguna a Lauro Muller e a Tubarão, Urussanga, Criciúma e Araranguá; as vilas operárias e seus mercados, campos de futebol, igreja, escola; os depósitos nas cidades litorâneas e os portos; as pilhas de rejeito de carvão; as imensas áreas plantadas de eucaliptos que seriam utilizados como madeira nas minas onde a mata nativa já havia sido devastada, todo esse espaço territorial foi se tornando a região carbonífera, que tem suas fronteiras definidas a partir de localidades que eram ou não de interesse para as empresas e o poder político, que as alcançavam e as regionalizavam ou as deixavam de fora da região, conforme o interesse.

### **Buscando Concluir: A Região Produzida**

É possível perceber, nos relatórios que temos utilizado até agora neste texto, indícios do processo mesmo de estabelecimento da região carbonífera. Ainda que a preocupação central dos autores dos relatórios seja a de determinar a extensão da bacia carbonífera, como, por exemplo, no estudo de 1928 quando o autor afirma que faria a descrição dos “aflorentos de carvão encontrados na bacia carbonífera do sul do Estado de Santa Catarina”<sup>xii</sup>, percebe-se, pelas descrições das atividades e a visão de mundo expressa nos documentos, que uma região dita carbonífera está sendo formada. Este processo de passagem do conceito de bacia carbonífera, um conceito utilizado para designar uma área de ocorrência de um minério determinado, portanto, ainda no reino da natureza, para o conceito de região carbonífera, pressupõe o estabelecimento de toda uma economia, uma política e uma cultura neste espaço determinado, regionalizando-o. E esse processo não é natural.

Isto fica claro quando percebemos como os limites da região foram se produzindo. Se observarmos bem o relatório de 1890, que faz a avaliação do carvão no vale do rio Tubarão, iremos perceber que todo o restante do sul do Estado é chamado de vale do rio Araranguá, como na seguinte passagem:

“Atravessando a zona carbonífera na direção de SO., nota-se também um pendor geral da superfície nesse rumo: e como para a divisa de águas do Tubarão com o Araranguá apenas existe uma elevação pouco considerável, que parece antes destacada da Serra Geral, e é voz corrente que no valle do Araranguá aparece igualmente carvão (...)”<sup>xiii</sup>.

Isto significa que uma série de municípios hoje considerados da região carbonífera e completamente desligados do vale do rio Araranguá, como Criciúma, Içara, Siderópolis, Treviso e Urussanga, faziam parte daquela região do vale, fruto de um processo de territorialização anterior e que estava sendo rompido pelo

processo que estamos agora descrevendo. É importante explicitar melhor este conceito de territorialização, pois nos ajuda a romper de vez com uma visão natural de formação regional. Territorializar significa estabelecer em um substrato material determinadas relações de poder, espacialmente delimitadas. O território não é o substrato material, isto é, o espaço específico, mas determinadas relações de poder, isto é, de dominação, que se estabelecem sobre **este** espaço.

---

<sup>i</sup> Este trabalho foi elaborado a partir da documentação e discussões realizadas no grupo de pesquisa “Cultura e Memória do Carvão”, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

<sup>ii</sup> BORDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação. Elementos Para Uma Reflexão Crítica Sobre a Idéia de Região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 107 – 132. Em outra parte ele diz que “nada há, nem mesmo as ‘paisagens’ ou os ‘solos’, caros aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais”. Idem, ibidem, p. 115, nota 10.

<sup>iii</sup> BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: Uma História da Ferrovia no Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: A Ferrovia do Carvão**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do Trem: A Presença da Estrada de Ferro em Criciúma (1919 – 1975) – Cidade, Modernidade e Vida Urbana**. Florianópolis: 2000. 176 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>iv</sup> REVEL, Jacques. Conhecimento do Território, Produção do Território: França, séculos XIII – XIX. In: **A Invenção da Sociedade**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 103 – 157. FLORES, Maria Bernadete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. **A Hermenêutica do Vazio: Fronteira, Região e Brasilidade na Viagem do Governador ao Oeste de Santa Catarina**. Projeto História, n. 18. São Paulo. PUC. 1999.

<sup>v</sup> REGO, Fábio Hostilio de Moraes; CAMPOS, Luiz Felipe Gonzaga de e MESSEDER, João Caldeira de Alvarenga. **Relatório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. **Boletim n. 21**. Rio de Janeiro, 1926. ROCHA, José Fiuza da. **Carvão de Pedra no Sul do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 1928. Estes três documentos encontram-se na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no arquivo do projeto “Cultura e Memória do Carvão” (UNESC).

<sup>vi</sup> Op. Cit., p. 73.

<sup>vii</sup> Op. Cit., p. 31, 32 e 67.

<sup>viii</sup> Op. Cit., p. 39.

<sup>ix</sup> Informações retiradas de BOSSLE, Ondina Pereira. Op. Cit. e BELOLLI, Mário. “CBCA funda a primeira mina de Criciúma no Santo Antonio”, *Jornal da Manhã* (Criciúma), 21/1/1998 e “Região carbonífera se consolida a partir da metade do século 20”, *Jornal da Manhã* (Criciúma), 23/1/1998.

<sup>x</sup> LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: **História e Memória**. 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 233 – 281.

<sup>xi</sup> Op. Cit., p. 115.

<sup>xii</sup> Op. Cit., p. 4.

<sup>xiii</sup> Op. Cit., p. 38. E também: “E ainda mais para o S., apesar de não o termos visitado, o valle do Araranguá, de altitude inferior, se nos afigura merecer identicos trabalhos de pesquisa”. P. 68.